

1 de agosto 2019

Declaração Pública sobre invasões recentes de terras indígenas no Brasil.

A Sociedade para a Antropologia das Terras Baixas da América do Sul (SALSA), uma organização internacional de especialistas sobre os povos e ambientes da região, condena veementemente a recente invasão de terras indígenas no Brasil por vários milhares de garimpeiros ilegais, e nós recorremos o governo brasileiro e a comunidade internacional de direitos humanos se manifestam com soluções adequadas aos crimes que ocorrem em terras Yanomami no estado de Roraima, em terras Wajãpi no estado do Amapá e, de fato, em todo o país.

Nos últimos dias, relatórios alarmantes verificaram que cerca de 20.000 mineiros entraram em territórios Yanomami perto da fronteira entre o Brasil e a Venezuela, principalmente na Terra Indígena Yanomami. De acordo com seus líderes, essa invasão ameaça a própria existência do povo, pois as atividades de mineração resultam em desmatamento, envenenamento dos rios com mercúrio e outros químicos tóxicos, além da introdução de doenças fatais, como sarampo e malária. Uma situação similarmente trágica também se desenvolveu na Terra Indígena Wajãpi (perto da fronteira com a Guiana Francesa), onde no dia 22 de julho o Cacique Emyra Wajãpi foi assassinado por garimpeiros não-indígenas que haviam invadido o território. Na esteira desse homicídio, os parentes do Wajãpi passaram dias tentando alertar a Fundação Nacional do Índio (Funai) e a Polícia Federal, passando quase uma semana em que o povo wajãpi continua em perigo de novos ataques.

Os garimpeiros que atualmente estão invadindo terras indígenas são encorajados pela hostilidade aberta do presidente do Brasil, Jair Bolsonaro, em relação aos direitos constitucionais dos povos indígenas, que incluem o direito à terra demarcada e protegida. Da mesma forma, o presidente recentemente sinalizou seu apoio a uma lei que abriria todos os territórios indígenas do Brasil a interesses comerciais de mineração (cerca de 13% da área total do país). As operações de mineração ilegal, como as que estão em andamento nas terras Yanomami e Wajãpi, estão presentes em dezenas de outros territórios indígenas (incluindo TI Apyterewa e TI Munduruku no Pará, TI Uru-eu-wau-wau em Rondônia e TI Cachoeira Seca no Amapá). Nós tememos que a legislação proposta estimula cada vez mais as invasões de terras, a destruição ambiental e a violência, e dê a esses crimes a aparência de legalidade.

Unimos nossas vozes aos colegas, que também estão alarmados com as ameaças atuais aos indígenas amazônicos e com a disposição dos governos regionais para incentivar a grilagem de terras e operações ilegais de mineração (ver carta de 22 de julho de 2019 da American Anthropological Association). Pedimos veementemente o governo brasileiro a garantir a integridade das terras Yanomami e Wajãpi, atender às necessidades de saúde e segurança de todos os povos indígenas, e expulsar imediatamente invasores de territórios indígenas demarcados. Também solicitamos a revogação da proposta de mudança às leis de mineração no Brasil, e esperamos que o governo busque um diálogo aberto e inclusivo com os 254 grupos indígenas do país em relação à integridade de suas terras e à dignidade de suas comunidades.



Dr. Carlos D. Londoño Sulkin
Presidente da SALSA



Dr. Jeremy M. Campbell
Diretor do Comitê de Ações Públicas